

Manifestação pró-aborto na Assembleia da República

No seguimento desta iniciativa, PSD e CDS já apresentaram um projecto de lei que pretende terminar a isenção de taxas moderadoras na IVG



03-07-2015 • Lusa

Cerca de 30 representantes de movimentos e organizações pró-escolha na questão do aborto em frente ao parlamento, onde hoje serão debatidas alterações à lei do aborto propostas por cidadãos e pelo PSD e CDS.

Algumas das mulheres vestem uma camisola, onde se pode ler "aborto seguro e gratuito", igualmente parte de uma faixa que ostentam: "Aborto seguro e gratuito para todas".

Maria José Magalhães, da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), apelou a todos para a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) a manifestarem-se para rejeitarem as propostas pelo movimento de cidadãos "Pelo Direito a Nascer".

No seguimento desta iniciativa, PSD e CDS já apresentaram um projecto de lei que preterem abortar deixem de estar isentas de taxas moderadoras.

"Eu apelo às mulheres dos diferentes partidos políticos e às mulheres de todas as idades para que o aborto seguro, universal e gratuito continue disponível a todas as mulheres e que os direitos das mulheres sejam respeitados".

Esta activista da UMAR recordou as mulheres que morreram "e que ficaram destroçadas clandestinidade" em que as IVG foram durante muitos anos praticadas e as outras que tiv outros países, no tempo em que esta prática era crime em Portugal.

Presente na concentração, o presidente da Associação para o Planeamento da Família (AF que os pressupostos da petição "Direito a Nascer" não correspondem à verdade, defender está a ser banalizado, pelo contrário, está a diminuir a cada ano, tendo caído 10 por cento

O último relatório da Direcção-Geral da Saúde (DGS), divulgado o mês passado, mostra q realizaram 16.039 interrupções voluntárias da gravidez (IVG), o número mais baixo desde lei que permite às mulheres abortarem por sua vontade até às 10 semanas de gestação.

Segundo os dados da DGS de 2008 até o ano passado, 2011 foi o ano com maior número c daí um decréscimo constante.

Sobre a possibilidade das mulheres que pretendem interromper a gravidez terem de ver e feto, Duarte Vilar considerou que a mesma "é desumana".

Alexandra Nunes, da Plataforma Portuguesa para os Direitos da Mulher, disse que esta o totalmente contra estes dois projectos, afirmando que a IVG foi uma conquista das mulhe anos de debate público.

"No segundo referendo, mais de dois milhões de pessoas votaram a favor da IVG, uma vo questionada por cerca de 48 mil pessoas", numa referência aos subscritores da petição da "Pelo Direito a Nascer".

Nesta concentração marcaram presença a deputada Mariana Mortágua (Bloco de Esquer (PS).

Para Isabel Moreira, "a lei da IVG está absolutamente pacificada e assimilada pela socied epifenómeno. Continuaremos no bom caminho, porque é uma lei que está a ter óptimos r

Sobre a petição, afirmou que foi subscrita por "um grupo muito minoritário, no qual a soc

Em relação à proposta para a mulher ter de ver e assinar a ecografia ao feto, Isabel Morei caso de violência de Estado".

Por seu lado, Mariana Mortágua diz que, a serem concretizadas estas propostas, represen civilizacional".

"Nós tivemos uma conquista que mudou a vida das mulheres em Portugal. Não conseguir que esse direito e esse avanço seja posto em causa por um grupo de pessoas não contente: civilizacional e que venham impor o seu conservadorismo", disse.

Pouco depois das 10:30 as manifestantes interromperam o trânsito por breves momentos da República, para cantar "vamos rasgar a vossa lei, que é machista e patriarcal".

Relacionadas

- + **Médico acusado de praticar abortos clandestinos**
- + **Parlamento discute equiparação da IVG a acto médico**
- + **Parlamento debate alterações à lei do aborto**
- + **Taxa moderadora "pode promover o aborto clandestino"**
- + **Paulo Macedo: fim da isenção de taxas na IVG não é prioridade**